



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

44
André Luis Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat.: 235036-1

RECURSO VOLUNTÁRIO

AUTO DE INFRAÇÃO REGULAMENTAR: 50546

VALOR TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: R\$ 12.041,40

RECORRENTE: CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITÓRIO CONTÁBIL

RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Senhor Presidente do Conselho de Contribuintes e demais Conselheiros:

Trata-se de recurso administrativo voluntário contra a decisão de primeira instância (fls. 19) que manteve o Auto de Infração Regulamentar nº 50546 (fls. 02/04), recebido em 29/11/2016, emitido pelo fato do contribuinte não emitir notas fiscais de serviços no período de janeiro/2012 a dezembro/2015.

Foi protocolada impugnação (fls. 10/11) e foi anexado o parecer do FCEA (fls. 16/18).

O contribuinte se insurgiu contra o lançamento, em apertada síntese, sob o argumento de que o julgamento do litígio somente deveria se dar após a decisão final acerca da impugnação ao procedimento de exclusão do Simples Nacional (fls. 10/11).

Chamada a se manifestar nos autos a Auditora Fiscal consignou que lavrou o Auto de Infração tendo em vista que, mesmo estando cadastrada no sistema WebISS desde 29/11/2010 e, portanto, autorizada a emitir notas fiscais eletrônicas, a recorrente não emitiu nenhum documento fiscal no período de janeiro de 2012 a outubro de 2016 (fls. 14).

O parecer que serviu de base para a decisão de 1ª instância salientou que na 1ª instância não haveria necessidade de sobrestamento do presente processo até o julgamento definitivo da impugnação interposta contra a exclusão do Simples Nacional bastando apenas que as decisões não fossem conflitantes e que haja conexão entre elas. Já na 2ª instância, por se tratar de órgão coletivo, ressaltou



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

44 ✓

André Luís Caputo Pires
Fiscal de Tributos
Mat. 235036-1

que deveria haver a análise conjunta das matérias tendo em vista que os processos podem ser distribuídos a diferentes relatores (fls. 16).

Observou que, com relação à exclusão do regime diferenciado, somente após a definição definitiva desfavorável ao contribuinte deve ser efetuado o registro da exclusão no Portal do Simples Nacional mas que isso não implica em dizer que os lançamentos devidos não pode ser efetuado pelo Fisco antes do término do procedimento de modo a se evitar a decadência do direito de lançar os créditos tributários (fls. 17).

Afirmou que, de acordo com o art. 6º do Decreto nº 10.767/10 e com o art. 113 do CTN, o dever de emitir notas fiscais constituiria uma obrigação acessória cujo não cumprimento acarretaria na pena prevista no art. 121, inciso I, alínea b do CTM (fls. 17/18).

A impugnação foi julgada improcedente, em 08/03/2018, conforme decisão do Coordenador de Estudos e Análise Tributária (fls. 19).

Foi encaminhada a correspondência em 14/03/2018 (fls. 20), com registro de entrega em 23/03/2018 (fls. 27), com pedido de prorrogação de prazo para a apresentação do recurso em 11/04/2018 (fls. 22), deferido em 20/04/2018 (fls. 26), sendo que o recurso administrativo foi protocolado em 02/05/2018 (fls. 29).

Em sede de recurso, a contribuinte reiterou as teses da impugnação, acrescentando que a autuação pelo descumprimento da obrigação deveria ser efetuada apenas após o término do procedimento de exclusão do Simples Nacional, sendo que não teriam sido respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa uma vez que não teria tomado ciência do Termo de Exclusão do referido regime (fls. 31/38).

É o relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

45

André Luís Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mês 235036-1

Preliminarmente à análise do mérito, há que se verificar a observância do prazo legal para protocolar o recurso administrativo pela recorrente.

A ciência da decisão de 1ª instância ocorreu em 23/03/2018 (sexta-feira) (fls. 27), como o prazo recursal à época era de 20 (vinte) dias e houve pedido de prorrogação de prazo (fls. 22), seu término adveio em 04/05/2018 (sexta-feira), tendo sido a petição protocolada no dia 02/05/2018 (fls. 29), esta foi tempestiva.

Com relação ao argumento de que a realização de lançamento somente poderia ocorrer após à conclusão do procedimento de exclusão da recorrente do regime do Simples Nacional entendemos que é descabido pelos motivos que passamos a analisar.

O procedimento de exclusão das empresas optantes pelo Simples Nacional tem previsão nos art. 28 a 32 da Lei Complementar nº 123/06, sendo regulamentado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, conforme o § 3º do art. 29 da referida lei. Na época do início do procedimento de desenquadramento da recorrente (29/11/2016), o CGSN havia se desincumbido desta tarefa por meio da Resolução CGSN nº 94, de 29/11/2011.

Atualmente vigora a Resolução CGSN nº 140, de 22/05/2018, que, com relação à exclusão de ofício, repetiu, em linhas gerais, as mesmas regras estabelecidas pela resolução anterior e determina em seu art. 83¹ que, em se tratando de prestação

¹ Art. 83. **A competência para excluir de ofício** a ME ou a EPP do Simples Nacional é: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 5º; art. 33)
(...)

III - **dos Municípios**, tratando-se de prestação de serviços incluídos na sua competência tributária.

§ 1º **Será expedido termo de exclusão do Simples Nacional** pelo ente federado que iniciar o processo de exclusão de ofício. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º)

§ 2º **Será dada ciência do termo de exclusão à ME** ou à EPP pelo ente federado que tenha iniciado o processo de exclusão, **segundo a sua respectiva legislação**, observado o disposto no art. 122. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-A a 1º-D; art. 29, §§ 3º e 6º)

§ 3º **Na hipótese de a ME** ou a EPP, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, **impugnar o termo de exclusão, este se tornará efetivo**



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

45✓
André Luis Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat. 235036-1

de serviços incluídos em sua competência tributária, cabe ao município a exclusão de ofício da ME optante do regime diferenciado.

O dispositivo legal impõe também, em seus §§ 1º e 2º, que deve ser expedido Termo de Exclusão e dada a ciência ao interessado, de acordo com a legislação do próprio ente que der início ao processo de exclusão. Os §§ 3º e 4º tratam do efeito suspensivo da impugnação ao Termo de Exclusão que somente se torna efetivo após a decisão administrativa definitiva, caso tenha havido a impugnação, ou ainda, após o vencimento do prazo fixado para a interposição do recurso, quando o interessado não inaugurar o litígio acerca de sua exclusão. Já o § 5º determina que, após o esgotamento do prazo sem a interposição da impugnação ou a decisão definitiva no âmbito administrativo quando ocorre a interposição, é obrigatório o registro da exclusão de ofício no Portal do Simples Nacional, sendo que os efeitos da exclusão são condicionados ao atendimento desta exigência e sempre serão considerados a partir das datas fixadas no art. 84 da resolução.

quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, com observância, quanto aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, § 6º)

§ 4º **Se não houver**, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, **impugnação do termo de exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo**, com observância, quanto aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º; art. 39, § 6º)

§ 5º **A exclusão de ofício será registrada no Portal do Simples Nacional na internet**, pelo ente federado que a promoveu, após vencido o prazo de impugnação estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, sem sua interposição tempestiva, ou, caso interposto tempestivamente, após a decisão administrativa definitiva desfavorável à empresa, **condicionados os efeitos dessa exclusão a esse registro, observado o disposto no art. 84**. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º; art. 39, § 6º)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

46

André Luis Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat. 35036-1

Atualmente, no âmbito do Município, o Capítulo VIII do Título III da Lei nº 3.368/18 (art. 161 a 167) disciplina o procedimento e dispõe em seu art. 162² os requisitos da notificação de exclusão.

Com efeito, verifica-se, pela análise da Notificação nº 9011 (fls. 02 do processo 030028852/2016), que estão presentes no documento os dispositivos legais infringidos, a especificação dos fatos que levaram à exclusão, a data a partir da qual ela produziria efeitos, bem como os demais requisitos exigidos pela legislação.

Na referida notificação, que corresponde ao termo de exclusão do Simples Nacional previsto no § 1º do art. 83 da Resolução CGSN nº 140, consta a ciência do interessado, efetuada em 29/11/2016, conforme determinação do § 2º do mesmo artigo, e o litígio referente ao procedimento que pode resultar na exclusão da recorrente está sendo levado a cabo naquele processo administrativo, no qual estão sendo assegurados ao sujeito passivo tanto o contraditório quanto a ampla defesa.

Como se vê, estão sendo cumpridas todas as exigências fixadas tanto na legislação nacional quanto na municipal e, desse modo, não merecem prosperar os argumentos da recorrente no sentido de que o devido processo legal não está sendo respeitado, uma vez que a exclusão de ofício ainda não foi registrada no Portal do Simples Nacional e a sociedade continua apurando e recolhendo seus

² Art. 162. A exclusão de ofício do Simples Nacional será formalizada mediante emissão de notificação de exclusão do Simples Nacional pela autoridade competente.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput deste artigo deverá conter:

I - a qualificação do contribuinte excluído;

II - a identificação do fato motivador da exclusão;

III - o enquadramento legal da situação motivadora da exclusão;

IV - os demonstrativos utilizados para justificar a exclusão, com a indicação das fontes utilizadas, quando for o caso;

V - a identificação da autoridade emitente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

46 v
André Luís Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat. 235036-1

tributos no referido regime, ou seja, a impugnação continua produzindo o efeito suspensivo dela decorrente.

Cumpre também lembrar que o ato administrativo, em sua formação e produção de efeitos, está sujeito a três planos lógicos distintos: a perfeição, validade e eficácia. A perfeição se relaciona com seu ciclo de formação, ou seja, reputa-se perfeito o ato quando foram cumpridas todas as fases necessárias à sua formação. A validade corresponde à adequação do ato às exigências normativas. Já a eficácia diz respeito à aptidão do ato para produzir efeitos jurídicos.

Com efeito, o excerto "*se tornará efetivo*" relacionado ao termo de exclusão se refere a esses planos lógicos. Desse modo, o mencionado ato administrativo somente estará consumado após esgotadas todas as fases de seu ciclo de formação. Por outro lado, a sua conformidade com a legislação deve verificada pelo próprio interessado que pode, inclusive, renunciar à fase litigiosa, ou pela Administração, durante a análise do litígio, que assegure ao sujeito passivo o contraditório e a ampla defesa. Já a produção de efeitos do termo somente ocorrerá, conforme disposto na própria legislação, após o decurso do prazo para a impugnação ou da decisão definitiva desfavorável ao contribuinte.

Importa ressaltar que o registro da exclusão de ofício no Portal do Simples Nacional trata-se de ato administrativo independente e distinto do ato de lavratura do termo de exclusão, sendo este efetuado no início de todo o procedimento e aquele o que encerra o processo de cassação do direito ao regime diferenciado e cuja produção de efeitos está fixada no art. 84 da Resolução CGSN nº 140. Assim, o 1º ato (termo de exclusão) somente "*se tornará efetivo*" após a realização do 2º ato (registro no Portal).

Com efeito, as sociedades optantes não podem ser excluídas do regime sem a obediência ao prévio e devido processo legal, ou seja, é compulsória a observância da legislação no que se refere à impossibilidade de exclusão imediata



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

47

André Luís Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat. 35036-1

do contribuinte sem que se conceda a ele a oportunidade de se defender da pretensão administrativa.

Isso não quer dizer, como tenta fazer crer a recorrente, que os lançamentos que o Fisco Municipal entende que sejam devidos somente possam ser realizados após a conclusão de todo o procedimento de exclusão, especialmente em se tratando da verificação do descumprimento de obrigação acessória. Entendimento diverso resultaria na decadência do direito de constituir os créditos tributários em virtude da observância dos trâmites e prazos aplicáveis ao processo administrativo no qual esteja se discutindo a exclusão.

Neste caso concreto, a Administração Tributária Municipal atendeu a legislação aplicável uma vez que está sendo garantida a plena defesa da recorrente e que se encontram suspensas a eficácia do termo de exclusão e a exigibilidade dos créditos lançados.

Tendo em vista tratar-se de Auto de Infração Regulamentar por descumprimento de obrigação acessória, entende-se que a análise do recurso não está condicionada à apreciação do procedimento de exclusão do Simples Nacional efetuada por meio da Notificação nº 9011 que está sendo levada a cabo por meio do processo nº 030028852/2016, uma vez que, ainda que o procedimento de exclusão possuísse algum vício formal com consequências para sua efetivação/validade, o presente caso concreto consiste na verificação da correção da penalização da recorrente por comportamento que, ainda que não tivesse servido de causa para a exclusão do referido regime diferenciado, deveria ser penalizado conforme determinava o art. 121, inciso I, alínea b do CTM.

Por outro lado, importa ressaltar que a Lei nº 3.461/19 alterou a redação do art. 121 conforme abaixo:

“Art. 121. O descumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação do Imposto sujeita o contribuinte ou o responsável às seguintes



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030027464/2016

Data: 20/04/2021

47v
André Luís Cordeiro Pires
Fiscal de Tributos
Mat. 35036-1

multas: (Redação dada pela Lei nº 2.628, publicada em 31/12/08, vigente a partir de 01/01/09)

I - relativamente aos documentos fiscais:

a) relativamente à falta de emissão de documentos fiscais: multa no valor de Referência M0 por documento fiscal não emitido, limitada a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da operação, ou, se este não for conhecido, o valor corrente da operação; (Redação dada pela Lei nº 3.461, publicada em 31/12/19, vigente a partir de 30/03/20)

b) emissão de documentos fiscais que consigne declaração falsa ou evidencie quaisquer outras irregularidades: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor real de operação; (Redação dada pela Lei nº 3.461, publicada em 31/12/19, vigente a partir de 30/03/20)

O auto de infração nº 50.546 foi lavrado em 29/11/2016, trazendo no campo "sanção" o art. 121, inciso I, alínea b da Lei nº 2.597/08, que estipulava multa de 2% sobre o valor da operação nos casos de falta de emissão de documentos fiscais. O lançamento tributário é regido pela legislação vigente à época do fato gerador, conforme art. 144³, caput do CTN, sendo o mesmo regramento aplicável às penalidades. No entanto, na hipótese de legislação superveniente aos fatos geradores, que imponha penalidade menos gravosa ao infrator, e tratando-se de ato não definitivamente julgado, aplica-se o que determina o art. 106⁴, inciso II, alínea c do mesmo diploma legal.

³ Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

⁴ Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

(...)

II - Tratando-se de ato não definitivamente julgado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo:	030027464/2016
Data:	20/04/2021

48

André Luís Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat. 235036-1

A Lei nº 3.461/19, publicada em 31/12/19, acima mencionada, alterou o dispositivo utilizado na autuação, criando penalidade em percentual inferior (de 2% para 0,5%) em caso de falta de emissão de documento fiscal. Assim, deve ser promovida a alteração do valor lançado, corrigindo-o para o novo percentual fixado pela legislação.

Verifica-se também que, apesar de constar o percentual de 2% no campo "sanção" (fls. 03) do Auto de Infração, houve equívoco na elaboração da planilha anexada ao documento na qual constou o percentual de 3% (fls. 04).

Pelos motivos acima expostos, opinamos pelo conhecimento do Recurso Voluntário e seu PROVIMENTO PARCIAL com a redução da penalização, aplicando-se o percentual de 0,5% sobre o valor da operação discriminado na segunda coluna da planilha de fls. 04.

Niterói, 20 de abril de 2021.

20/04/2021

X *André Luís Cardoso Pires*

André Luís Cardoso Pires
Representante da Fazenda

Assinado por: ANDRE LUIS CARDOSO PIRES:00738825778

(...)

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.



MUNICÍPIO DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITERÓI - RJ
21 26200403 - CNPJ: 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030027464/2016
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 20/04/2021
Hora: 20:15
Usuário: ANDRE LUIS CARDOSO PIRES
Público: Sim

49
André Luis Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat.: 235036-1

Processo : 030027464/2016
Data : 05/12/2016
Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO

Titular do Processo : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT
Hora : 13:31
Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Requerente : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50546, DE 29/11/2016.

Despacho : À FCCN

Em prosseguimento, com a instrução processual prevista no art. 24 do Decreto 9.735/2005 em anexo.

Ressalta-se que verificamos o impedimento do Conselheiro Francisco da Cunha Ferreira, nos termos do art. 54, do mesmo decreto.

Sugere-se o julgamento em conjunto com os processos 030027461/2016, 030027462/2016, 030027463/2016, 030028852/2016, 03005445/2017 e 030005454/2017 em virtude da correlação das matérias.

Em 20/04/2021.


André Luis Cardoso Pires
Fiscal de Tributos
Mat.: 235036-1



MUNICÍPIO DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITERÓI - RJ
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030027464/2016
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 04/05/2021
Hora: 16:07
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Público: Sim

Processo : 030027464/2016

Data : 05/12/2016

Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO

Titular do Processo : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT

Hora : 13:31

Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Requerente : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT

Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50546, DE 29/11/2016.

Despacho : Ao Conselheiro, Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho para emitir relatório e voto, observando os prazos regimentais.
FCCN em 04 de maio de 2021


CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

EMENTA: APLICAÇÃO DO PERCENTUAL NO CÁLCULO DOS VALORES DA AUTUAÇÃO. APLICAÇÃO DA PENALIDADE MENOS GRAVOSA. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da Lei nº 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade mais gravosa, conforme disposição legal acima citada. Recurso que se dá provimento parcial.

RELATÓRIO

TrataM-se de Recursos Voluntários dos 6 (seis) processos acima identificados, interpostos por Carlos Augusto Pereira, que devem ser julgados em conjunto por medida de economia e celeridade processual em face da identidade de partes e correlação das matérias.

O recorrente insurge-se contra as decisões proferidas na instância originária, que indeferiram as pretensões da defesa administrativa, mantendo os autos de infração correlatos pelo fato do contribuinte não ter emitido notas fiscais dos períodos correspondentes.

Sustenta em síntese o recorrente inicialmente que a partir do momento que não possuía os talonários seria impossível a emissão das notas fiscais, o que só poderiam ser feito após decisão final do procedimento administrativo que o excluiu do Simples Nacional.

A Auditoria Fiscal informou nos processos, não existir no sistema interno de controle da SMF qualquer solicitação de autorização para impressão dos documentos fiscais nos períodos compreendidos pelos Autos de Infração em questão. Diante disso, a decisão de primeiro grau indeferiu o sobrestamento dos procedimentos até decisão final do processo de exclusão do Simples Nacional. Ressaltou ainda que não houve por parte do recorrente contestação ao descumprimento da obrigação acessória, insurgindo-se apenas contra a dupla penalização das infrações. A representação fazendária em substanciais pareceres confirmou a tempestividade dos recursos, opinando pelo provimento parcial para a redução de 2% para 0,5%, por força das disposições da Lei 3.461/19, que alterou o dispositivo na autuação.

VOTO

De fato o contribuinte não se insurge em momento algum contra o mérito da autuação acessória.

Insiste apenas na alegação de que não poderia emitir notas fiscais por não possuí-la o que impediria, no seu entender, de ser penalizado duplamente, tese que cai por terra diante do parecer da Auditoria Fiscal quanto a inexistência de solicitação de autorização para impressão de documentos fiscais por parte do recorrente.

Sem amparo legal, ainda, a tese do recorrente de que os lançamentos fiscais só poderiam ocorrer após a conclusão do procedimento administrativo referente a exclusão do regime do Simples Nacional, questão esta que é juridicamente repudiada pelo parecer da representação fazendária o qual adoto como parte integralmente deste voto para efeito temporal, repetindo apenas que tratando-se de Auto de Infração Regulamentar por descumprimento de obrigação acessória, entende-se que a análise do recurso não está

condicionada a conclusão do julgamento de exclusão do Simples Nacional.

Por derradeiro concordo com a redução da penalização para a aplicação do percentual de 2% (dois por cento), para 0,5% (zero vírgula cinco por cento), conforme disposições da Lei 3461/19, para todos os 6 (seis) processos constantes deste julgamento conforme sugerido pela representação fazendária, muito embora esse provimento parcial não conste dos processos nos de nº030027462/2016 e 03005445/2017, o que certamente deve ter ocorrido por equívoco em função do acúmulo de processos que assoberbam essa Corte.

CONCLUSÃO

Dou provimento parcial nos recursos apenas para aplicação do percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações, conforme fundamentação, impondo assim ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme orientação do artigo 106, inciso II do CTN.

É o meu voto.

Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
Relator





PREFEITURA DE NITERÓI

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº 030/027.464/2017

DATA: - 12/05/2021

CERTIFICO, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº. 9735/05;

1.243º SESSÃO HORA: - 10:00

DATA: 12/05/2020

PRESIDENTE: - Eduardo Sobral Tavares

CONSELHEIROS PRESENTES

1. Maria Elisa Vidal Bernardo
2. Márcio Mateus de Macedo
3. Luiz Felipe Carreira Marques
4. Alexandre Foch Arigoni
5. Felipe Campos Carvalho
6. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
7. Roberto Marinho de Mello
8. Roberto Pedreira Ferreira Curi

VOTOS VENCEDORES - Os dos Membros sob o nºs. (01,02,03,04, 05,06,07,08)

VOTOS VENCIDOS: - Dos Membros sob o nºs. (X)

DIVERGENTES: - Os dos Membros sob os nºs. (X)

ABSTENÇÃO: - Os dos Membros sob os nº.s (X)

VOTO DE DESEMPATE: - SIM (X) NÃO ()

RELATOR DO ACÓRDÃO: - Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho

FCCN, em 12 de maio de 2021

Nilcéia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8

SECRETÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - FCCN

ATA DA 1.243ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 12/05/2021

DECISÕES PROFERIDAS

Processo nº 030/027.464/2016

RECORRENTE: CARLOS AUGUSTO PEREIRA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

RECORRIDO: - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

RELATOR: - PAULINO GONÇALVES MOREIRA LEITE FILHO

DECISÃO: - Por unanimidade de votos foi pelo conhecimento e provimento “parcial” do Recurso Voluntário, com redução da penalização, com aplicação do percentual de 0,5% sobre o valor da operação, nos termos do voto do Relator.

EMENTA APROVADA

ACÓRDÃO Nº 2.747/2021: - “Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art.106, inciso II do CTN, com o advento da Lei nº 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade mais gravosa, conforme disposição legal acima citada. Recurso que se dá provimento parcial.”

FCCN, 12 de maio de 2021


CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

56
"Reia de Souza Duarte"
Mat. 226.514-8



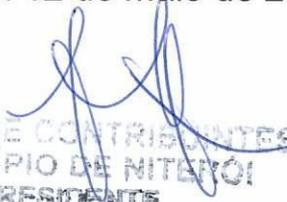
RECURSO: - 030/027.464/2016
"CARLOS AUGUSTO PEREIRA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE"
RECURSO VOLUNTÁRIO

Senhora Secretária,

Por unanimidade de votos, a decisão deste Conselho foi pelo conhecimento e provimento "parcial" do Recurso Voluntário, com redução da penalização, com aplicação do percentual de 0,5% sobre o valor da operação, nos termos do voto do Relator.

Face ao exposto, submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nos termos do art. 86, inciso II da Lei nº 3368/2018.

FCCN, em 12 de maio de 2021.


CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO
MUNICÍPIO DE NITERÓI
PRESIDENTE

5P

Nicóia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8

Para Uso do Correo

Assinale com um "X" quando o destinatário não for encontrado

Não Existe o nº Indicado

Retido

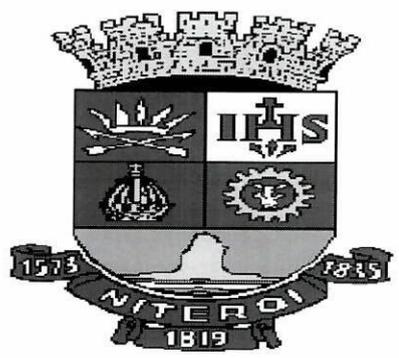
Ausente

Indisponível

Desconhecido

Recusado

Outros (Indicar)



NÚCLEO DE PROCESSAMENTO FISCAL

Rua da Conceição, nº 100/2º andar + Centro - Niterói
Rio de Janeiro - Brasil + CEP 24.020-082

NOME: - CARLOS AUGUSTO PEREIRA – ESCRITORIO DE CONTABILIDADE LTDA

ENDEREÇO: - AV. ERNANI DO AMARAL PEIXOTO Nº 55 **COMP:** GRUPO 604 A 606

CIDADE: NITERÓI **BAIRRO:** CENTRO **CEP:** - 24.020-070

DATA: - 28/06/2021 – PROCESSO 030/005454/17 – 030/027462/16 E 030/027464/16

Senhor Contribuinte,

Tem esta a finalidade de comunicar-lhes a decisão proferida nos autos dos processos acima, julgados pelo Conselho de Contribuintes em 12 de maio do corrente, cuja cópias dos pareceres que a fundamentaram seguem em anexo a presente comunicação.

Atenciosamente,

Nicóia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8



MUNICÍPIO DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987, 6º ANDAR
NITERÓI - RJ
21 26200403 - CNPJ: 28.521.748/0001-59
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030027464/2016
IMPRESSÃO DE DESPACHO
Data: 29/06/2021
Hora: 14:32
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE
Público: Sim

50
Nilceia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8

Processo : 030027464/2016
Data : 05/12/2016
Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO

Titular do Processo : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT
Hora : 13:31
Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Requerente : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50546, DE 29/11/2016.

Despacho : Senhora Subsecretária,

Face o disposto no art. 20, nº. XXX e art. 107 do Decreto nº 9.735/2005 (Regimento Interno do Conselho de Contribuintes), solicito a publicação em Diário Oficial do Acórdão abaixo:
EMENTA APROVADA

ACÓRDÃO Nº 2.747/2021: - "Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da Lei 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme disposição legal citada. Recurso que se dá provimento parcial."

FCCN em 29 de junho de 2021

Nilceia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8

As FCCN,

Publicado D.O. de 21/08/21
em 23/08/21

ASSIL = MLHSFaria
Maria Lucia F. S. Farias
Matricula 239.121-C

ASSIL

M.H.S.F.

030/024790/2014 – COLÉGIO PLÍNIO LEITE LTDA- "Acórdão nº: 2.764/2021- Restituição de indébito. Recurso voluntário, ISS – Deve ser autorizado a restituição dos valores comprovadamente pagos a maior nos meses de janeiro e fevereiro/2012 – Provimento parcial."

030/018141/2017 – MARINA DA SILVA LEÃO- "Acórdão nº: 2.743/2021: - IPTU – Recurso de ofício – Solicitação de revisão de valor venal do imóvel e de revisão de dados cadastrais para fins de lançamento do IPTU. Possibilidade de efeito de impugnação da solicitação restrita ao valor do imposto do exercício em que foi protocolada a petição. Recurso conhecido e não provido."

030/021715/2017 – BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA.- "Acórdão nº: 2.749/2021: ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Serviços de apoio marítimo – Empresa brasileira de navegação autorizada para prestar serviços na navegação de apoio marítimo – Termo de autorização nº 332/07 ANTAQ – Serviços tipificado no subitem 20.01 do anexo III da lei municipal nº 2597/08 – Alegada atividade de afretamento de navio – Impossibilidade – Usuário do serviço sem condições de operar como empresa brasileira de navegação – Inteligência do art. 8º da lei nº 9.432/98 – Contrato que se reveste de características típicas de prestação de serviço – Resolução – ANTAQ nº 2.884/13 – Recurso voluntário ao qual se nega provimento."

030/028879/2017 – LUCIANA PARAGUASSÚ FRIEDRICH- "Acórdão nº: 2.755/2021: IPTU – Recurso de ofício – Obrigação principal – Impugnação proposta

após o pagamento do crédito tributário – Ausência de litígio tributário – Inteligência do art. 26 do decreto 10.487/09 c/c art. 156 do CTN – Recurso de ofício não conhecido."

030/027463/2016 – CARLOS AUGUSTO PEREIRA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE- "Acórdãos nºs: 2.762/2021: - Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da lei nº 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme disposição legal acima citada. Recurso que se dá provimento parcial."

030/031284/2015 – ESPÓLIO DE JOSÉ CARLOS SILVA DE CARVALHO- "Acórdão nº: 2.731/2021: - Impugnação de lançamento – Procedência – Valor venal do imóvel superior ao valor de mercado – Aplicação do fator de adequação – Princípios da boa-fé e transparência – Por ausência de fundamentação resta anulada a decisão de primeira instância. Recurso conhecido e provido."

030/005454/2017 - 030/027462/2016 - 030/027464/2016 – CARLOS AUGUSTO PEREIRA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE- "Acórdãos nºs: 2.745/2021 - 2.746/2021 - 2.747/2021: Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da lei nº 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme disposição legal acima citada. Recurso que se dá provimento parcial."

030/002633/2016 – ALLAN ARANHA PAIVA DA SILVA- "Acórdão nº: 2.751/2021: - IPTU – Recurso voluntário – Obrigação principal – Lançamento complementar – Lançamento de ofício – Alteração de elementos cadastrais – Incompetência do coordenador de tributação para julgar impugnação de lançamento complementar de IPTU/TCIL com base em alterações no cadastro imobiliário – Recurso voluntário conhecido e provido."

030/001194/2018 – ARMANDO AUGUSTO VAZ LOPES- "Acórdão nº: 2.752/2021: - IPTU – Recurso de ofício – Obrigação principal – Lançamento anual – Lançamento de ofício – Laudo de avaliação do imóvel usando termos ou sentenças genéricas – Nulidade da decisão de 1ª instância por prejuízo ao direito de defesa – Recurso de ofício conhecido e provido."

030/019779/2017 – VANDA DE JESUS MORORÓ- "Acórdão nº: 2.754/2021: - IPTU – Recurso de ofício – Obrigação principal – Revisão de lançamento complementar – Incidência dos encargos moratórios a partir de 30 (trinta) dias da data da ciência do lançamento – Inteligência do art. 160 do CTN – Recurso de ofício conhecido e desprovido."

030/022577/2016 – JOSÉ NUNES VIANNA- "Acórdão nº: 2.756/2021: - IPTU/TCIL – Recurso voluntário – Obrigação principal – Lançamento complementar – Lançamento de ofício – Alteração de elementos cadastrais – Ausência de notificação de lançamento – Vício material – Nulidade do lançamento – Recurso voluntário conhecido e provido."

030/009707/2015 – THIAGO SANTOS MALTA- "Acórdão nº: 2.757/2021: IPTU – Lançamento complementar com base em alterações cadastrais promovidas de ofício. Cálculo do imposto complementar feito com base no valor venal do imóvel no momento do lançamento. O prazo decadencial aplicável a lançamentos de ofícios é o de cinco anos a contar do primeiro dia do ano seguinte àquele em que poderia ter sido feito o lançamento. Recurso voluntário conhecido e não provido."

030/026734/2017 – CLEBER GARUBA DA ROSA- "Acórdão nº: 2.758/2021: - Impugnação de lançamento complementar – Procedência parcial – Princípio da Autotutela – Recurso de ofício conhecido e não provido."

030/000609/2017 – MANOEL CARVALHO FILHO- "Acórdão nº: 2.759/2021: - Impugnação de lançamento – Procedência parcial – Valor venal do imóvel superior ao valor de mercado – Alteração cadastral – Princípios da boa-fé e transparência – Por ausência de fundamentação resta anulada a decisão de primeira instância. Recurso conhecido e provido."

030/007231/2016 – STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA.- "Acórdãos nºs: 2.766/2021 - 2.767/2021: - ISS. Multa regulamentar atribuída a sociedade empresária domiciliada em Niterói por ausência de inscrição de campo de exploração e extração de petróleo e gás natural em águas marítimas. O conceito legal de estabelecimento prestador abrange qualquer local de extração de recursos naturais de acordo com o inciso III do § 2º do art. 74 da lei nº 2.597/2008. Obrigação de possuir uma inscrição para cada estabelecimento. Recurso voluntário conhecido e não provido."

030/018141/2017 – MARINA DA SILVA LEÃO- "Acórdão nº: 2.743/2021: - IPTU – Recurso de ofício – Solicitação de revisão de valor venal do imóvel e de revisão de dados cadastrais para fins de lançamento do IPTU. Possibilidade de efeito de impugnação da solicitação restrita ao valor do imposto do exercício em que foi protocolada a petição. Recurso conhecido e não provido."

Maria Lucia H. S. Farias
Matrícula 239.121-0

59

Processo : 030027464/2016

Data : 05/12/2016

Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO

Titular do Processo : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT

Hora : 13:31

Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Requerente : CARLOS AUGUSTO PEREIRA - ESCRITORIO CONT

Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50546, DE 29/11/2016.

Despacho : Ao FGAB

Senhora Secretária,

Tendo em vista decisão do Conselho de Contribuintes, cujo Acórdão foi publicado em Diário Oficial do dia 21 de agosto do corrente exercício, encaminhamos o presente para apreciação de Vossa Senhoria, face ao que dispõe o art. 86, incisos II e III da Lei nº. 3.368/2018.
CC, em 14 de setembro de 2021

Nilceia de Souza Duarte
Mat. 226.514-8

A SSUR,

Para as providências cabíveis.

Tânia Lúcia F. da C. Siqueira
Tânia Lúcia F. da C. Siqueira
Mat. 233.953-9